

A valorização docente no contexto do PNE e da Lei nº 13.415/17: uma revisão integrativa

Teacher Valuation in the Context of the National Education Plan and Law No. 13,415/17: An Integrative Review

La Valorización Docente en el Contexto del PNE y de la Ley nº 13.415/17: Una Revisión Integrativa

Gilvan Luiz Machado Costa¹  

Naira Larroyd Francisco²  

Resumo

O presente artigo apresenta os resultados de um estudo de revisão integrativa que buscou compreender quais são os avanços e desafios à valorização dos/as professores/as no contexto do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e da Lei nº 13.415/2017 e com ela a reforma do Ensino Médio. Tem-se por objetivo mapear e analisar a produção científica, no intervalo temporal de 2013 até 2023, publicada em periódicos disponíveis na base de dados SciELO Educ@ e Portal de Periódicos da Capes. A pesquisa apontou a secundarização do PNE e do destaque dado à implementação da reforma do Ensino Médio. Revelou, também, que a referida Lei contribui para a precarização do trabalho docente ao fragilizar a formação inicial e continuada, ao não assegurar condições adequadas de trabalho e ao promover a intensificação do trabalho docente por meio de jornadas intensas e extensas.

Palavras-chave: Política Educacional. Valorização Docente. Condições de Trabalho. Formação Docente.

Abstract

The present article presents the results of an integrative review study that sought to understand the advancements and challenges in valuing teachers within the context of the National Education Plan (2014-2024) and Law No. 13.415/2017, which introduced the High School Reform. The objective is to map and analyze the scientific production from 2013 to 2023, published in journals available in the SciELO Educ@ database and the Capes Journal Portal. The research pointed out the secondary importance given to the PNE and the prominence given to the implementation of the High School Reform. It also revealed that the mentioned law contributes to the precariousness of teaching work by weakening initial and continuing education, not ensuring adequate working conditions, and promoting the intensification of teaching work through intense and extensive working hours.

Keywords: Educational Policy. Teacher Valuation. Working Conditions. Teacher Training.

Resumen

El presente artículo presenta los resultados de un estudio de revisión integradora que buscó comprender cuáles son los avances y desafíos para la valorización de los/as profesores/as en el contexto del Plan Nacional de Educación (2014) y de la Ley nº 13.415/2017 y con ella la reforma de la Educación Media. El objetivo es mapear y analizar la producción científica, en el intervalo temporal de 2013 a 2023, publicada en revistas disponibles en la base de datos SciELO Educ@ y en el Portal de Revistas de Capes. La investigación señaló la importancia secundaria dada al PNE y el destaque dado a la implementación de la reforma de la Educación Media. Reveló, también, que dicha Ley contribuye a la precarización del trabajo docente al debilitar la formación inicial y continua, al no asegurar condiciones

¹ Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão/SC – Brasil.

² Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão/SC – Brasil.

adecuadas de trabajo y al promover la intensificación del trabajo docente mediante jornadas intensas y extensas.

Palabras clave: Política Educativa. Valoración Docente. Condiciones de Trabajo. Formación Docente.

Introdução

As últimas décadas têm sido marcadas por constantes reformulações nas políticas educacionais. A Educação Básica, em especial a etapa do Ensino Médio, é submetida à recorrentes mudanças, que alteram sua especificidade e característica de “acabamento” (Cury, 2008) do primeiro nível da Educação brasileira. Figura, na Constituição Brasileira (1988), a garantia do direito social de todos à educação, cuja oferta é dever do Estado (Brasil, 1988). Todavia, com as recentes reformas é possível observar o caminho oposto (Giroto, 2019). A política educacional brasileira “desde o final da Ditadura (1985) até os dias de hoje se apresenta com características condensadas nas seguintes palavras: filantropia, protelação, fragmentação e improvisação” (Saviani, 2020, p. 2).

Este artigo tem como objeto de estudo a valorização dos professores no contexto do Plano Nacional de Educação (PNE) vigente, e da Lei nº 13.415/17. Diante do silenciamento do PNE com a implantação da reforma na última etapa da Educação Básica, o Ensino Médio, por meio da promulgação da referida Lei, faz-se necessário analisar a formação e as condições de trabalho dos docentes das escolas brasileiras. Nesse âmbito, a partir de pressupostos teóricos apresentados, considera-se preocupante a não universalização do Ensino Médio, o esvaziamento do conteúdo científico, a falta de infraestrutura das escolas, o escasso incentivo à formação inicial e continuada e as limitações das condições de trabalho, o que conduz, com base em Saviani (2020), a uma precarização geral da última etapa da Educação Básica.

Tem-se como pressuposto que a referida legislação empobrece a formação dos estudantes do Ensino Médio, precariza ainda mais a formação e o trabalho de seus docentes e nega o conceito de Educação Básica positivado na Lei nº 9.394/96: “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Brasil, 1996). Quanto ao Ensino Médio, o documento define como sua função “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (Brasil, 1996, Art. 35, Inciso III).

De forma contraditória, evidencia-se, segundo Giroto (2019), o silenciamento de discussões sobre qualidade da educação, por parte dos defensores do “Novo” Ensino Médio (NEM), que secundarizaram nos seus documentos dimensões relacionadas à valorização dos professores. Desta forma, a Lei nº 13.415/17 altera as diretrizes, com argumentos de flexibilização e protagonismo, visando tornar o ensino mais atrativo à juventude. O documento ainda prevê a utilização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como parte da estrutura do currículo. Assim, a organização do NEM compreende o desdobramento do currículo em Formação Geral Básica e Parte Flexível, totalizando

3.000 horas letivas. A Formação Geral, no máximo 1.800 horas, consiste nos conhecimentos científicos agrupados em áreas de conhecimento.

Assim, evidencia-se um cenário no qual a ideia de formação comum a todos os indivíduos, atrelada à Educação Básica e garantida por lei, é descaracterizada. A flexibilização curricular, prevista na Lei nº 13.415/17, esvazia a formação básica geral dos estudantes ao negar-lhes acesso e tempo de estudo relativo a conhecimentos científicos acumulados historicamente (Silveira, Silva, Oliveira, 2021). Tal precarização também se estende à formação e ao trabalho docente, além de impactar no desmonte da escola pública e no preparo inadequado dos estudantes (Vicente; Moreira, 2021).

Diante do exposto, aponta-se como pergunta norteadora: quais são os avanços e desafios à valorização dos/as professores/as no contexto do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e da Lei nº 13.415/17?

A busca por uma educação de qualidade, socialmente referenciada passa, dentre outras dimensões, pela valorização do professor. Com vistas a problematizar e refletir sobre essa realidade, propõe-se o objetivo de mapear e analisar a produção científica, no intervalo temporal de 2013 até 2023 (década no contexto de vigência do PNE), publicada em periódicos disponíveis nas bases SciELO Educ@ e o Portal de Periódicos da Capes, que abordam a valorização de professores/as no contexto do PNE e da Lei nº 13.415/17.

Revisão Integrativa: o método

As pesquisas de revisão integrativa desempenham um papel fundamental no desenvolvimento do conhecimento científico, pois permitem analisar estudos realizados por diferentes autores, com objetivo de compreender os avanços de uma área de pesquisa. Também é possível perceber lacunas no conhecimento produzido e aspectos que necessitem mais investigação e aprofundamento (Kramm, 2019). Com a expansão das pesquisas nesse campo e o conseqüente crescimento de publicações, considera-se importante levantar, analisar criticamente e mostrar resultados que abarquem um certo tema de estudo, de modo que se possam observar tendências, recorrências e lacunas na área pesquisada (Carvalho, 2020; Silva; Furtado, 2019).

Assim, com o intuito de mapear e analisar a produção científica, no intervalo temporal de 2013 até 2023, publicada em periódicos disponíveis nas bases SciELO Educ@ e o Portal de Periódicos da Capes, que abordam a valorização de professores/as no contexto do PNE e da Lei nº 13.415/17, utiliza-se o método da revisão integrativa da literatura. Esta metodologia foi escolhida por possibilitar o levantamento, síntese e análise do conhecimento científico já produzido sobre a temática proposta no estudo (Botelho; Cunha; Macedo, 2011).

Com o intuito de manter o rigor metodológico característico da revisão integrativa, procedeu-se à seguinte operacionalização para a elaboração deste estudo: na **fase 1** realizou-se a identificação do tema e a seleção da questão norteadora da pesquisa. O atual momento da educação brasileira nos leva a refletir sobre questões relacionadas ao trabalho docente, principalmente no que tange à etapa do Ensino Médio. Parte-se, então, de uma

temática voltada à valorização docente de professores/as no contexto da reforma da Lei 13.415/17 e tem-se por questão norteadora quais são os avanços e desafios à valorização dos/as professores/as no contexto do PNE (2014-2024) e da Lei nº 13.415/17?

Para a **fase 2**, tendo-se por base os elementos presentes na temática de pesquisa, utilizaram-se os seguintes descritores “ensino médio”, “valorização docente”, “valorização de professores”, “formação”, “formação docente”, “formação de professores” e “condições de trabalho”, como palavras-chave para a busca. Como fonte de pesquisa foi utilizada a base SciELO Educ@ e o Portal de Periódicos da CAPES com objetivo de verificar a presença de publicações acadêmicas com a temática de estudo.

A escolha das bases de dados citadas pauta-se em questões qualitativas. Ambas as plataformas têm abrangência e relevância no contexto acadêmico e concentram uma vasta coleção de periódicos científicos na área da educação, oferecendo acesso a artigos de qualidade e relevância para a pesquisa proposta. O recorte temporal adotado para o estudo (2013 até 2023) se justifica pela necessidade de investigar e compreender as tendências, desafios e avanços/retrocessos ocorridos na legislação e nas diretrizes educacionais durante um período de mudanças significativas e recentes. Assim, ao limitar o escopo da pesquisa a esse período, é possível capturar não apenas as transformações, mas também analisar o impacto e os desdobramentos dessas mudanças no cenário.

Em seguida, estabeleceu-se como critérios de seleção: (i) artigos publicados em periódicos revisados por pares; (ii) escritos em língua portuguesa; (iii) disponíveis na íntegra; (iv) publicações realizadas no período de 2013 a 2023 e que (v) tratem especificamente da etapa do Ensino Médio. Serão excluídas (i) produções repetidas; (ii) que não abordem de forma específica a etapa do Ensino Médio; (iii) que tratem apenas de docentes de disciplinas específicas; (iv) que contemplem o Ensino Médio nas modalidades profissionalizante, integrado, Educação de Jovens e Adultos etc.; (v) Produção científica diferente de artigo (editoriais, apresentação de dossiê, resumos expandidos, dissertações, e resenha de livros); (vi) que estejam fora do escopo da pergunta norteadora de pesquisa; (vii) publicações em língua diferente da portuguesa.

Na **fase 3**, iniciou-se o levantamento de publicações em periódicos científicos e a pré-seleção dos artigos, realizados nos dias 12 e 13 de abril de 2024. A busca, por meio, da combinação dos descritores, resultou em um total de 6 estudos na plataforma SciELO Educ@ e 48 estudos no Portal de Periódicos da CAPES, totalizando 54 estudos nesse primeiro momento de busca, como mostra a Tabela1, a seguir:

Tabela1: Resultados encontrados de acordo com os descritores utilizados

Descritores e suas combinações	Número de estudos		
	SciELO Educ@	CAPES	Total
"ensino médio" AND ("valorização docente" OR "valorização de professores")	0	6	6
"ensino médio" AND ("formação" OR "formação docente" OR "formação de professores") AND "condições de trabalho"	2	46	48

Fonte: Elaboração dos autores (2024).

Durante a organização e catalogação dos estudos encontrados, constatou-se que todos os resultados localizados na plataforma SciELO Educ@ também estavam presentes no Portal de Periódicos da CAPES. Assim, optou-se por utilizar apenas a busca na segunda plataforma, pois ao focar os esforços de pesquisa exclusivamente para o Portal de Periódicos da CAPES é possível otimizar o tempo e os recursos disponíveis, mantendo a garantia de acesso às publicações relevantes na temática de interesse.

Como o número de resultados encontrados foi alto, realizou-se a aplicação de filtros, presentes na própria plataforma CAPES. Foram selecionadas as opções: periódicos revisados por pares, no formato de artigos, publicados entre os anos de 2013 e 2023. Em seguida, de acordo com o critério (i), foram removidos 06 estudos repetidos. Partiu-se, então, para a leitura e as análises dos títulos, resumos e palavras-chave de cada estudo. De acordo com o critério (ii) 03 pesquisas foram eliminadas pois não abordavam especificamente a etapa do Ensino Médio; segundo o critério (iii) 06 estudos foram excluídos, pois tratavam de questões relativas a disciplinas específicas; de acordo com o critério (iv) 02 artigos traziam como tema a modalidade de Ensino Médio profissionalizante, integrado, Educação de Jovens e Adultos etc; com base no critério (v), foram eliminadas 02 pesquisas que diferiam do formato de artigo (editorial de dossiê e resenha); de acordo com o critério (vi) 08 estudos se encontravam fora do escopo da pesquisa e não se articulavam à pergunta norteadora; com relação ao critério (vii), 01 estudo foi publicado em língua diferente da portuguesa e, portanto, também foi excluído.

Os estudos relacionados como “talvez” são casos nos quais apenas a leitura do título, do resumo e das palavras-chave não foi suficiente para definir a sua classificação final. Assim, procedemos à leitura na íntegra desses artigos e uma reclassificação foi realizada, como indicam Botelho, Cunha e Macedo (2011). Procedeu-se, então, para a leitura na íntegra dos trabalhos classificados como “talvez”, com intuito de incluir ou não a publicação no corpus final da pesquisa. Após a leitura integral das publicações, encontraram-se 02 estudos que se mostraram articulados à temática de pesquisa e à pergunta norteadora, e que comporão o grupo final de 08 trabalhos analisados neste artigo.

Após os procedimentos descritos, foi possível relacionar o corpus final deste trabalho, contemplado na Tabela 2, com algumas informações para a sua análise.

Tabela 2: Identificação dos artigos incluídos no estudo

Artigo	Título da publicação	Autores/as	Ano
A1	Configurações, limites e perspectivas do Ensino Médio no Brasil: qualidade e valorização dos professores	Gilvan Luiz Machado Costa	2013
A2	Formação e condições de trabalho do professor do ensino médio no Brasil	Gilvan Luiz Machado Costa; Maria da Graça Nóbrega Bollmann	2018
A3	O Ensino Médio no Brasil: Ausências silenciadas	Gilvan Luiz Machado Costa	2019
A4	O Ensino Médio na Região Sul do Brasil: urgência do tempo presente	Gilvan Luiz Machado Costa	2020
A5	Professores de ensino médio: condições de trabalho e características formativas de uma categoria profissional silenciada	Silvana Soares de Araújo Mesquita	2020
A6	O exercício da docência em um contexto de reformas educacionais: um caminho para o controle sobre o trabalho docente?	Maria Aparecida Alves	2022
A7	O desenvolvimento profissional dos professores do ensino médio: desafios e perspectivas	Cíntia Régia Rodrigues; Valéria Contrucci Oliveira Mailer	2022
A8	Condições de oferta no ensino médio alagoano e goiano: desafios à permanência exitosa	Mônica de Moraes Sampaio Silva; Gilvan Luiz Machado Costa	2022

Fonte: Elaboração dos autores (2024).

Em seguida, **fase 4**, após a leitura dos artigos, foi realizada a sua categorização. Durante o processo, observou-se a presença de 03 categorias de conteúdo que contribuem para a temática de pesquisa, assim como com a resposta da pergunta norteadora deste estudo. Observa-se, na Tabela 3, a categorização dos dados coletados.

Tabela 3: Matriz síntese de análise

Temas	Formação docente	Condições de trabalho	Intensificação do trabalho
A1	X	X	X
A2	X	X	X
A3	X	X	X
A4		X	X
A5	X	X	X
A6	X	X	
A7	X	X	
A8	X	X	X

Fonte: Elaboração dos autores (2024) com base em Botelho, Cunha e Macedo (2011).

Dessa forma, com intuito de promover o diálogo entre trabalhos já desenvolvidos sobre a temática proposta, considera-se relevante a discussão da Lei nº13.415/17 e de seus desdobramentos no cenário político atual, tendo-se em vista a concepção de valorização docente presente no PNE (2014-2024), que articula dimensões, tais como: formações inicial e continuada, carreira, remuneração e condições de trabalho. A seguir, apresentam-se as **fases 5 e 6**, que compreendem uma análise crítica dos estudos

selecionados, a discussão dos resultados da revisão integrativa, assim como a apresentação de uma síntese do conhecimento apreendido durante o processo.

Análises e discussões

Na leitura e análise realizada, foi possível observar que três categorias de conteúdo emergiram dos artigos estudados, sendo essas, relevantes para a compreensão e discussão da temática abordada nessa revisão. Ressalta-se que, considera-se central a adequação do referencial teórico e os pressupostos adotados na amostra selecionada, assim como sua articulação à pergunta norteadora: quais são os avanços e desafios à valorização dos/as professores/as no contexto do PNE (2014-2024) e da Lei nº 13.415/17?

Em consonância com o objeto desta revisão, encontraram-se, também, diversos artigos vinculados ao Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre o Ensino Médio (GREPEM), do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), publicados entre os anos de 2013 e 2022. Estes estudos estão identificados como A1, A2, A3, A4 e A8. Tais artigos se articulam diretamente à pergunta norteadora proposta, e problematizam questões relacionadas ao Ensino Médio no Brasil assim como aspectos referentes à valorização dos/as professores/as, expressa nas dimensões de formação, remuneração, carreira e condições de trabalho. Os artigos utilizam dados estatísticos, para discutir o cenário educacional brasileiro, no que tange à etapa do Ensino Médio, no âmbito da universalização de acesso, permanência e na materialização de uma educação de qualidade social. São apontados, como resultados, a verificação da precarização das condições de aprendizagem e do trabalho docente, e destacam a urgência da discussão de caminhos que visem à superação de desigualdades educacionais regionais. Os dados pesquisados foram cotejados com referencial teórico já produzido sobre a temática e buscaram superar a mera descrição do objeto, com vistas a compreender, dialeticamente, suas relações com o contexto estrutural mais amplo.

O artigo identificado como A5, de autoria de Silvana Soares de Araújo Mesquita, investiga as especificidades do/a professor/a de Ensino Médio quanto à formação e às condições de trabalho. A pesquisa realizada é de cunho qualitativo desenvolvida em uma escola da rede estadual do Rio de Janeiro. O artigo conclui que “as condições de trabalho e a formação desses professores precisam ser repensadas” (Mesquita, 2020, p. 302).

Já o estudo denominado A6, da autora Maria Aparecida Alves, discute, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, os desdobramentos da implantação da Lei nº 13.415/17 no que se refere à mercantilização e possível privatização da e na educação. O artigo aponta que as recentes reformas “têm levado à desvalorização do saber docente e do trabalho intelectual, ao esvaziamento da formação de professores, à redução de trabalhadores qualificados e à precarização do trabalho docente” (Alves, 2022, p. 97-98).

Por fim, o artigo A7, das autoras Cíntia Régia Rodrigues e Valéria Contrucci Oliveira Mailer, contribui para a temática estudada ao discutir aspectos que compõem o desenvolvimento profissional docente de professores/as do Ensino Médio estadual de um município catarinense. Metodologicamente, a pesquisa é quantitativa descritiva e utilizou-

se de questionário, aplicado junto aos docentes, para levantamento de dados. Os resultados apontam para a contradição entre os processos de formação e de práticas docentes, assim como para a ausência de políticas públicas que abarquem carreira, formação continuada e melhores condições de trabalho.

Assim, diante dos artigos elencados, considera-se que os 08 artigos selecionados apresentam discussões e contribuições relevantes para a temática abordada e, auxiliam na compreensão do cenário atual da etapa do Ensino Médio. As três categorias de conteúdo – formação docente, condições de trabalho e intensificação do trabalho docente– se relacionam diretamente com o panorama da valorização dos/as professores/as do Ensino Médio da última década. Com intuito de aprofundar essas questões, apresenta-se, a seguir, uma discussão teórica das categorias de conteúdo identificadas nos estudos analisados.

Formação docente: campo de disputas

A discussão da formação docente encontra, nos artigos analisados, o amparo legal da Constituição. Todos os artigos nos quais o tema é abordado apresentam, também, a Lei nº 9.394/96 (LDB) como base. De acordo com a referida legislação, a formação adequada para o/a professor/a da Educação Básica é a licenciatura, obtida em curso superior, no componente curricular de atuação (Brasil, 1996).

Nos artigos A2, A3 e A8 (Costa; Bollmann, 2018; Costa, 2019; Silva; Costa, 2022), encontra-se, também a articulação da LDB ao PNE, documento que centraliza as políticas educacionais brasileira nas últimas décadas. O PNE (2014-2024) aborda, em suas metas 15, 16, 17 e 18, as várias dimensões referentes à valorização do trabalho docente. O documento propõe, em sua meta 15, assegurar que “todos os professores e professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam” (Brasil, 2014, p. 264). Dessa forma, busca estabelecer a adequação docente para que os professores tenham formação superior compatível com a área de atuação.

Com relação à formação continuada, encontra-se na Meta 16 o objetivo de:

Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (Brasil, 2014, p. 275).

No que tange à formação inicial, foi possível observar, nos artigos A1, A2, A3 e A5, a verificação de uma realidade marcada pela inadequação da formação docente na etapa do Ensino Médio. Essa averiguação ocorreu por meio de uma análise quantitativa nos primeiros três estudos citados, utilizando os dados do Censo Escolar, e de forma qualitativa, no último artigo, por meio de uma pesquisa de campo. Os estudos apontaram a presença de professores/as que exercem a docência de disciplinas para as quais não estão adequadamente formados. Esse cenário retrata a escassez de profissionais com sólida formação teórica e prática em atividade nas escolas públicas, o que reflete a falta de prestígio social da profissão.

Verificou-se a referência à reforma do Ensino Médio, proposta na Lei nº 13.415/17, em cinco dos artigos relacionados (artigos A2, A3, A4, A6 e A8). Tais estudos não tratam da reforma e seus desdobramentos para o trabalho docente de forma direta e central, mas considerou-se que, em vários pontos dos textos, a sua relevância foi abordada e discutida.

Nos artigos A2, A3, A4 e A8 encontra-se a crítica com relação à centralidade curricular da reforma, que acaba por silenciar aspectos importantes para a conquista de uma educação de qualidade. Os autores/as afirmam que a reforma presente na Lei 13.415/17 tem discurso de flexibilização curricular e não oferece um caminho na direção de uma formação integral dos estudantes. Além de fragilizar a formação dos jovens, essa proposta reforça a ideia de que o conhecimento “se limita a dar respostas imediatas às situações-problema do dia a dia, e se impede que se tome o conhecimento como objeto de experiência que oportuniza a reflexão e a crítica” (Silva, 2018, p. 12). Assim, considera-se que a referida lei contribui para a desvalorização do trabalho docente, uma vez que empobrece o acesso ao conhecimento científico e, conseqüentemente, retira do professor a posição de intelectual crítico, pesquisador e produtor de conhecimento.

Ainda nos artigos anteriormente citados, no campo da formação docente, verifica-se um cenário de contradição entre o que se encontra positivado no PNE; o texto da Lei nº 13.415/17 e; a realidade das escolas brasileiras. Os/as autores/as argumentam que as propostas presentes na referida lei não aproximam a realidade encontrada nas escolas da materialização das políticas públicas, mas vão de encontro às condições de oferta e de acesso ao Ensino Médio, de forma equitativa e justa. Esta situação se estende para a prática docente, já que a flexibilização curricular e o silenciamento com relação à valorização docente contribuem diretamente para a precarização da formação e das condições de trabalho dos professores/as dessa etapa da Educação Básica.

A formação inicial e continuada dos professores vai além de questões quantitativas, passa, também, por discussões qualitativas. Aspectos como a organização e demanda dos cursos de licenciatura, o esvaziamento curricular, a falta de articulação entre teoria e prática, assim como, a mercantilização da educação, contribuem diretamente para a desvalorização profissional (Mesquita, 2020).

Não é incomum – como presente nos artigos A1, A2, A3, A5 e A7 – encontrar escolas de Ensino Médio com professores/as que, por motivos majoritariamente financeiros, acabam por ampliar sua carga horária de trabalho com disciplinas para as quais não possuem formação. Neste sentido, a valorização docente não deve ser pensada apenas como uma política salarial. É necessária uma carreira que seja atrativa aos jovens, “evitando que apenas aqueles que não conseguem bons resultados nos cursos de reconhecimento social se dediquem aos cursos de licenciatura e assumam as funções da docência sem, de fato, terem escolhido esta profissão como parte de seus projetos pessoais e de vida” (Nunes; Oliveira, 2017, p. 71).

Com relação à formação continuada, os artigos A5, A6 e A7 abordam a importância de que essa ocorra de maneira contínua e também com disponibilidade de tempo dos professores para que seja realizada com qualidade. Porém, essa realidade não é a da maioria dos docentes, já que muitos, em virtude das intensas e extensas cargas de trabalho

e do formato engessado dos cursos oferecidos, afastados das demandas escolares, não consideram que haja contribuição efetiva para suas práticas docentes.

Entretanto, é importante ressaltar que a formação continuada de professores/as faz parte de um processo de fortalecimento da profissão, assim como da compreensão da indissociabilidade da relação teoria-prática, o que contribui para a valorização do trabalho docente como um todo. Vale destacar que a formação continuada compreende dimensões “coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores”. Tal concepção envolve “atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica” (Dourado, 2015, p. 312). Com efeito, proporciona uma reflexão sobre a prática educacional do docente e busca um aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional.

A formação inicial e continuada docente permanece como campo de disputas, principalmente, após a implementação da reforma do Ensino Médio, presente na Lei nº 13.415/17. Um fator relevante na redação da Lei é o reconhecimento de notório saber a profissionais para “ministrar conteúdos nas escolas de ensino médio afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada” (Brasil, 2017). Dessa forma, não só há a desqualificação do trabalho docente, como desconstrói a identidade do professor dessa etapa da Educação Básica (Krawczyk; Ferretti, 2017). Fica evidente que as políticas curriculares recentes fortalecem a padronização do processo educativo e contribuem para a formação mercantil dos estudantes. Ao mesmo tempo, promovem a perda de autonomia das escolas, quando privadas da discussão do currículo, e intensificam a precarização e a descaracterização do trabalho docente (Silva, 2018).

Como forma de superação dessa realidade desigual e conquista de uma educação de qualidade socialmente referenciada, propõe-se a materialização das Metas presentes no PNE (2014-2024), que visam à valorização dos/as professores/as da educação básica brasileira. Dessa forma, deve-se articular a formação docente com outros aspectos relacionados às condições de trabalhos. Tais elementos são centrais para uma prática pedagógica de qualidade. Questões relativas ao vínculo, jornada de trabalho, carreira e remuneração serão analisadas na próxima seção.

Condições de trabalho docente: precarização da educação

Para que se possa discutir este aspecto da valorização docente, parte-se dos pressupostos presentes em Oliveira (2004), qual seja: condições adequadas de trabalho compreendem um conjunto de elementos que contribuem objetiva e subjetivamente para uma prática pedagógica de qualidade. Ambiente escolar com infraestrutura apropriada para atividades de ensino-aprendizagem, oportunidades de formação inicial e continuada significativas, tempo para dedicação à pesquisa e ao planejamento de materiais pedagógicos, remuneração digna de trabalho profissionalizado equivalente e planos de carreira que garantam segurança e valorização são alguns dos pontos que contribuem para

estabelecer condições dignas de uma prática educativa de qualidade social. Para Oliveira (2004, p. 1132), o trabalho docente “não é definido mais apenas como atividade em sala de aula, ele agora compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação.” Com efeito, é necessário pensar e problematizar essas diferentes relações de trabalho no ambiente escolar, no tempo presente, com novas demandas de profissionais e as suas consequências no complexo cenário educacional brasileiro.

As condições de trabalho docente encontram-se presentes no PNE (2014-2024), nas Metas 17 e 18. Na primeira, o documento compromete-se a “valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE” (Brasil, 2014, p. 287). No âmbito das relações de trabalho, o PNE contempla explicitamente a carreira na meta 18:

Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal (Brasil, 2014, p. 300).

Diante dos pressupostos apresentados, observa-se que todos os estudos analisados trouxeram, em suas discussões, elementos relacionados às condições de trabalho docente. Aspectos, como carreira, vínculo empregatício, remuneração, jornada de trabalho e condições infraestruturais das escolas foram considerados centrais para a valorização da profissão.

Os artigos A1, A2, A3, A4, A5 e A7 discutem as condições de trabalho no âmbito do vínculo empregatício e a carreira docente. Os estudos explicitam o número significativo de professores em atividade na etapa do Ensino Médio admitidos em caráter temporário, ou que não apresentam vínculo efetivo com a escola em que trabalham. Esse cenário contribui para a precarização e fragmentação do trabalho docente, que impede que o professor tenha acesso à progressão profissional, estabilidade no desempenho de sua atividade e desenvolvimento de relações mais profundas com a comunidade.

A LDB assegura, em seu art. 67, que os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação por meio de planos de carreira e do ingresso ao magistério, exclusivamente por concurso público (Brasil, 1996). Diante disso, é possível perceber a precarização nas relações de trabalho dos professores do Ensino Médio, assim como a negação de planos de carreira para aqueles profissionais sem vínculo empregatício efetivo.

Os contratos temporários são desprovidos de garantias trabalhistas e previdenciárias, o que torna o vínculo temporário instável e precário. Não pertencer ao quadro efetivo da escola impede que os professores temporários desenvolvam relações mais complexas no interior da instituição, gera insegurança na realização de seu trabalho, bem como limita o contato com a comunidade escolar e, portanto, influencia negativamente as condições de oferta de ensino (Camargo, 2006).

O vínculo com a instituição escolar, principalmente quando essa dedicação é exclusiva a uma mesma unidade educacional, é muito importante para a “continuidade do trabalho, o amadurecimento coletivo e para o desenvolvimento de laços com a comunidade escolar” (Oliveira, 2016). Uma carreira docente estável é fator crucial na atratividade da profissão, já que o professor tem a possibilidade de desenvolver seu trabalho com mais segurança, sem temer a rescisão contratual ou a rotatividade entre escolas, o que contribui para a melhoria na oferta de uma educação de qualidade (Costa; Bollmann, 2018).

Os artigos A1, A2, A3, A4 e A5 trazem, em suas análises, destaque para aspectos relacionados à remuneração e à jornada de trabalho dos/as professores/as do Ensino Médio, dimensões estas, que se articulam na Lei nº 11.738, de 2008. Os estudos mostram a realidade de um grande número de professores que acaba por estender a sua jornada de trabalho em função de sua baixa remuneração. “Este contexto adverso manifesta-se na rotatividade de professores, na multiplicidade de vínculos empregatícios e na decorrente extensão da jornada de trabalho, opondo-se à qualidade social do Ensino Médio brasileiro” (Costa; Bollmann, 2018, p. 48).

Apesar de as dimensões de formações inicial e continuada, carreira e condições de trabalho adequadas serem importantes, no que tange à valorização docente, a questão da remuneração ainda é fator decisivo para a permanência no magistério. Segundo Masson (2016), a equiparação salarial dos profissionais da educação com as demais profissões é condição indispensável para a atratividade e permanência na carreira, pois é a questão que mais determina a escolha dos jovens, embora não a única. Assim, apesar da remuneração dos professores ter melhorado na última década, especialmente com o constrangimento legal da Lei do Piso Salarial, a situação ainda é complexa e os esforços para o cumprimento das metas 17 e 18 presentes no PNE não foram suficientes.

Já os artigos A4, A5 e A8 abordaram as condições físicas e infraestruturais das escolas. Foi possível perceber limites com relação ao trabalho docente nas escolas de Ensino Médio, visto que nem todas as escolas brasileiras dispõem de instalações físicas necessárias para o exercício da profissão. Uma infraestrutura adequada influencia, de forma direta, as condições de aprendizagem dos jovens e a prática docente dos professores, o que incide na qualidade da educação ofertada. Assim, professores e estudantes enfrentam desigualdades regionais e entre sistemas de ensino, o que rompe com o pressuposto de uma escola pública, inclusiva e universal.

Amparado pela Constituição Federal, que assegura “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1988), e pelo art. 4º da LDB, que incumbe o Estado de garantir “padrões mínimos de qualidade de ensino” (Brasil, 1996), o PNE (2014-2024) não apresenta a infraestrutura escolar de forma específica, mas é possível verificar a sua presença de forma tangencial, em várias metas e estratégias do documento. Destacam-se as Metas 3 e 6 que abordam as condições de oferta do ensino.

Assim, a realidade é contraditória e mostra o “descuido” em assegurar a igualdade de acesso ao ensino público, preconizada nos documentos oficiais. Ressalta-se, ainda, que, mesmo no final da vigência do PNE, não foram desenvolvidas políticas públicas efetivas que consigam universalizar as condições de infraestrutura das escolas, mesmo que, em

todos os anos, os dados do Censo da Educação Básica apontem para a situação crítica que as escolas enfrentam (Silva; Costa, 2022).

Já, no artigo A6, encontra-se a discussão das condições de trabalho docente no contexto das reformas educacionais. Assim, verifica-se a presença da Lei nº 13.415/17 de forma mais destacada. No estudo, a autora traz o contexto conjuntural da mais recente reforma, o que mostra como a referida Lei se articula a um projeto societário, com aval de Organismos Internacionais, e que admite como face o neoliberalismo.

A autora ainda problematiza a influência sofrida pela Lei nº 13.415/17 vinda de agentes privados e que contribuem para a mercantilização e a privatização na educação. Essa influência fortalece o desmonte da educação pública e tem levado à “desvalorização do saber docente e do trabalho intelectual, a esvaziamento da formação de professores, à redução de trabalhadores qualificados e à precarização do trabalho docente” (Alves, 2022, p. 97-98).

Nesse cenário de lutas pelo reconhecimento social e pela valorização dos professores da Educação Básica, encontra-se a necessidade de discussões mais aprofundadas com relação ao papel central do docente no que tange à conquista de uma educação de qualidade social. Políticas de formação terão sentido quando integradas à estruturação da carreira docente, à política salarial que assegure a dignidade do professor e à garantia de condições adequadas de trabalho (Kuenzer, 2011).

As mudanças na área da educação já estão ocorrendo e têm sido marcadas pela ampliação de parcerias com a iniciativa privada, representada por meio de institutos e fundações empresariais (Alves, 2022). Nesse sentido, Costa, Matos e Caetano (2021, p. 1204) ressaltam que a pragmática pedagogia das competências, repaginada na BNCC, representa a materialização da influência dos Organismos Internacionais na política educacional brasileira. Para os autores, o conceito de competências “determina o perfil do trabalhador e do consumidor que o mercado precisa, bem como de quem conduzirá tal processo, no caso, o/a professor/a”. A BNCC, alinhada às concepções neoliberais e à sociedade do conhecimento, é a expressão local de uma padronização curricular global. Com efeito, a concepção centrada em desenvolver competências e habilidades nos jovens se mostra restrita e pragmática (Silva, 2018).

Esse modelo de educação utilitarista e mercadológica tem consequências diretas sobre o trabalho docente. A função do professor passa a ser a de mediador do processo de aplicação de instrumentos avaliativos, já que o objetivo dessa concepção é obter resultados mensuráveis. Assim, o professor se torna um executor de materiais previamente produzidos, o que retira dele o controle sobre seu próprio trabalho (Alves, 2022). Nessa reorganização do trabalho docente, observa-se “uma tendência de desprofissionalização do docente, em que ele vai deixando de ser um intelectual para tornar-se um técnico que deve seguir as orientações oficiais no sentido de aderir às reformas educacionais” (Alves, 2022, p. 111). A implantação deste sistema desvaloriza a profissão docente, pois precariza a prática do professor/a, enfraquece as lutas da classe e individualiza uma função que deveria atuar em defesa de uma educação emancipadora.

Segundo Nunes e Oliveira (2017), é necessário um compromisso coletivo em elevar o valor social da educação no geral. Isso demanda políticas públicas que sejam de Estado, e não apenas ações isoladas restritas a determinados governos, que ultrapassem os discursos de palanques partidários. Dessa forma, caminha-se para uma efetiva realização de melhorias nos sistemas educacionais federais, estaduais e municipais e vislumbra-se a instituição de um Sistema Nacional de Educação (Saviani, 2010).

Os estudos mostraram que ainda estamos longe da universalização de acesso e de condições adequadas de trabalho. Este cenário de descaso com a educação pública reflete na queda da qualidade da educação e no desgaste dos profissionais em atividade. Elementos que contribuem para a intensificação do trabalho docente serão abordados na próxima seção.

Intensificação do trabalho docente: controle e burocratização

Os artigos analisados expressam a intensificação do trabalho dos/as professores/as de Ensino Médio. Para discussão desta categoria, parte-se de pressupostos presentes em Oliveira (2006) de que o trabalho docente compreende as atividades, responsabilidades e relações que se realizam nas escolas para além da sala de aula. A intensificação do trabalho docente pode ocorrer de forma “qualitativa” ou quantitativa. Os fatores quantitativos são caracterizados pelo aumento das horas e da carga de trabalho, porém sem remuneração adicional substancial. Já os fatores “qualitativos” se referem às incorporações de novas funções e responsabilidades, diante das necessidades de responder às exigências do processo educativo (Oliveira, 2006).

A intensificação do trabalho docente pode ser compreendida como uma articulação entre diversos aspectos relacionados às condições de trabalho, tais como carreira, jornada de trabalho e remuneração, contemplados nas Metas 17 e 18 do PNE.

Assim, os artigos A2, A3, A4 e A8 trazem o estudo da intensificação do trabalho docente por meio da análise do indicador educacional Esforço Docente, desenvolvido pelo INEP. Para elaboração desse indicador, foram consideradas na análise, as seguintes características do docente, todas retiradas do Censo da Educação Básica: número de escolas em que atua; número de turnos de trabalho; número de alunos atendidos e número de etapas nas quais leciona. A partir destas informações foi quantificado o esforço despendido pelos professores/as no desempenho de sua profissão.

Os autores/as verificam que os/as professores/as da etapa do Ensino Médio estão submetidos a jornadas de trabalho intensas e extensas: “Trabalhar em mais de uma escola, em três turnos com muitos alunos de diferentes etapas da Educação Básica faz parte do cotidiano de uma parcela expressiva dos professores” (Costa; Bollmann, 2018, p. 49). Esta realidade retrata condições inadequadas de trabalho, o que rompe com as metas estabelecidas no PNE e com as políticas de valorização docente.

Já, no artigo A5, a intensificação do trabalho foi verificada em uma escola carioca de Ensino Médio. Segundo a autora, os professores pesquisados afirmaram não dispor de tempo para discussões coletivas e propostas de ações pedagógicas, devido à intensa carga

de trabalho a qual estão submetidos. Além da carência com relação às instalações físicas e disponibilidade de material, os professores ainda contam com pouco tempo voltado à formação continuada e excesso de demandas burocráticas das redes de ensino. Este contexto expõe a precarização das condições de trabalho que os professores enfrentam. Ao tratar da intensificação do trabalho docente, Assunção e Oliveira (2009) afirmam que:

À medida que se tornam mais complexas as demandas às quais as escolas devem responder, também se complexificam as atividades dos docentes. Estes se encontram muitas vezes diante de situações para as quais não se sentem preparados, seja pela sua formação profissional ou mesmo por sua experiência pregressa. Quanto mais pobre e carente o contexto no qual a escola está inserida, mais demandas chegam até elas e, conseqüentemente, aos docentes (Assunção; Oliveira, 2009, p. 354-355).

Nesse sentido, o acúmulo de tarefas advindas de uma jornada de trabalho extensa e intensa não apenas prejudica o processo de ensino e aprendizagem como também compromete a saúde física e mental dos/as docentes. Com efeito, o esforço docente, caracterizado por professores/as cansados, estressados, mal remunerados e sem infraestrutura adequada para realizar seu trabalho, é determinante para a queda na qualidade da educação e, conseqüentemente, prejudica a formação integral dos estudantes e sua permanência exitosa no Ensino Médio (Silva; Costa, 2022).

Questões relacionadas com a fragmentação e controle da prática docente também caracterizam a intensificação do trabalho dos/as professores/as. O artigo A1 aborda o tema ao problematizar a contribuição das reformas educacionais, notadamente a Lei nº 13.415/17, para a desvalorização do saber docente e do trabalho intelectual, e, por conseguinte, para a mercantilização da educação. A perspectiva tecnicista, presente nos documentos norteadores da reforma, e defendida pelos setores privatistas, centraliza o currículo escolar e prevê a atuação do professor como “mediador” ou “facilitador” no processo de aprendizagem, no qual o protagonista é o estudante.

Além de representar o resgate de um discurso velho e empoeirado (Silva, 2018), as reformas do tempo presente, materializadas pela Lei nº 13.415/17 e da sua BNCC se caracterizam pela flexibilização da educação e de seus sujeitos. Seja uma flexibilização curricular, das relações de trabalho ou dos recursos públicos, observa-se uma redução das disciplinas científicas e historicamente produzidas, bem como uma abertura cada vez maior para entidades privadas, o que descaracteriza a Educação Básica pública e prejudica a formação integral dos jovens (Krawczyk; Ferretti, 2017).

A valorização dos profissionais da educação passa, dentre outras dimensões, por condições de trabalho adequadas. Somente por meio de políticas públicas efetivas que garantam uma carreira atraente, um piso salarial digno e oportunidades de formações inicial e continuada para os professores, será possível superar o atual cenário de desmonte da educação pública (Hypolito, 2015).

Diante do cenário apresentado, é imprescindível abordar questões referentes à valorização docente, compreendida como a articulação entre formação inicial e continuada, carreira, remuneração e condições adequadas de trabalho, já que os docentes configuram ponto central na conquista de uma educação de qualidade social. Para tanto, questionou-

se: quais são os avanços e desafios à valorização dos/as professores/as no contexto do PNE (2014-2024) e da Lei nº 13.415/17?

A partir dos estudos analisados, é possível observar que a reforma presente na Lei nº 13.415/17 não apenas silencia elementos centrais para a valorização docente, como contribui para a precarização e desprofissionalização da profissão. A conquista de uma educação de qualidade socialmente referenciada passa, impreterivelmente, pela valorização dos seus sujeitos. Nesse sentido, compreende-se a relevância da realização de pesquisas que coloquem os holofotes na resistência contra políticas privatistas e controladoras e que lutem por políticas de Estado que contribuam para uma educação igualitária e justa para todos/as os/as brasileiros/as.

Considerações finais

Com o intuito de mapear e analisar a produção científica, entre 2013 até 2023, que abordam a valorização de professores/as no contexto do PNE e do “Novo” Ensino Médio, realizou-se uma revisão do tipo integrativa que contemplasse estudos publicados em periódicos disponíveis nas bases SciELO Educ@ e no Portal de Periódicos da Capes. Buscou-se, então, responder a problemática: quais são os avanços e desafios à valorização dos/as professores/as no contexto do PNE (2014-2024) e da Lei nº 13.415/17?

Diante dessa proposta, verificou-se que os artigos pesquisados trouxeram embasamento para a compreensão do silenciamento do PNE e da realidade do trabalho docente no contexto da reforma presente na Lei nº 13.415/17, implantada em nível nacional a partir de 2020. No que tange à valorização docente, os estudos expuseram um cenário de desrespeito à legislação e uma secundarização das metas e estratégias presentes no PNE, o que contribui para a queda na qualidade da Educação Básica brasileira e o aprofundamento das desigualdades educacionais, já muito agudas. Os artigos analisados revelam que os desdobramentos da reforma não apenas ferem o direito de acesso dos estudantes aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, como contribuem para a precarização da formação e do trabalho docente.

No âmbito da formação docente, foi possível observar um avanço ao longo da década, porém muito aquém das propostas presentes nos documentos legais. Ressalta-se, ainda, que a Lei nº 13.415/17 ao fazer uso do discurso de flexibilização curricular, insere novas disciplinas no currículo e reorganiza outras por Áreas do Conhecimento. Tais disciplinas e áreas não são ofertadas em cursos de licenciatura e, portanto, não podem ser ministradas por profissionais com formação adequada, como atesta a LDB e o PNE.

Com relação às condições de trabalho, os estudos mostraram os limites em garantir condições adequadas de trabalho aos professores/as do Ensino Médio. Ao considerarem-se aspectos, como vínculo empregatício, carreira, remuneração e infraestrutura das escolas, evidencia-se a carência de políticas públicas e investimentos voltados a garantir elementos mínimos necessários para uma prática docente de qualidade. A baixa remuneração, a precarização das relações de trabalho e o sucateamento das escolas

públicas rompem com o preconizado nos ordenamentos legais no que tange ao acesso igualitário ao ensino de qualidade e às condições adequadas de trabalho.

Já, com relação à intensificação do trabalho docente, os artigos pesquisados revelaram que é comum encontrar professores/as do Ensino Médio com jornada de trabalho extensa e intensa. São professores/as que, com intuito de aumentar sua renda, se submetem a múltiplos vínculos e ampliação da carga de trabalho, chegando, até mesmo, a assumir a docência de várias disciplinas, por vezes, sem a formação adequada. Essa situação expõe a ausência de valorização do trabalho docente e conduz à queda da qualidade da educação.

Por meio da pesquisa, verificou-se que, ao longo da década observada, houve avanços com relação a alguns aspectos da valorização docente, porém, a realidade analisada ainda está longe do previsto no PNE. Também se observaram retrocessos, marcadamente, a reforma da Lei nº 13.415/17. Após três anos de sua implantação, já são perceptíveis as perdas que ocorreram para os jovens e professores/as. Entidades e organizações sociais vêm se posicionando em favor da revogação do “Novo” Ensino Médio, e um cenário de incertezas com relação ao futuro da educação brasileira se mantém. Diante disso, ressalta-se a lacuna encontrada, de pesquisas que problematizem, de forma central e específica, os desdobramentos da reforma presente da Lei nº 13.415/17, principalmente no âmbito da valorização docente. Sugere-se, dessa forma, dado o contexto de constantes mudanças políticas e sua complexidade, a necessidade de novas pesquisas que abordem esta temática e que venham ao encontro da formulação de políticas educacionais mais igualitárias, que visem à superação do desmonte da escola pública, e a conquista de uma educação de qualidade socialmente referenciada.

Referências

ALVES, M. A. O exercício da docência em um contexto de reformas educacionais: um caminho para o controle sobre o trabalho docente?. **Revista Educação e Emancipação**, v. 15, n. 3, p. 97-117, set/dez 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2358-4319v15n3.2022.32>. Acesso em: 19 mai 2024.

ASSUNÇÃO, A. Á.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, maio/ago. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000200003>. Acesso em: 07 out. 2023.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121 – 136, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constitui-ca/Constituicao.htm. Acesso em: 26 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 26 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 26 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 26 jun. 2022.

CAMARGO, R. B. de et al. Condições de trabalho docente, ensino de qualidade e custo-aluno-ano. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 253-276, jul/dez 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol22n22006.18883>. Acesso em: 27 nov. 2023.

CARVALHO, A. M. F. de. **Psicologia sócio-histórica e formação continuada de professores em serviço**: revisão integrativa de estudos de 2005 a 2020. 2020. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

COSTA, E. M.; MATOS, C. C. de; CAETANO, V. N. da S. Formação e trabalho docente: intencionalidades da BNC - Formação Continuada. **Currículo sem Fronteiras**, v. 21, n. 3, p. 1188-1207, set./dez. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v21.n3.12>. Acesso em: 28 set. 2023.

COSTA, G. L. M. Configurações, limites e perspectivas do Ensino Médio no Brasil: qualidade e valorização dos professores. **Práxis Educativa**, p. 85-109, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.8i1.0004>. Acesso em: 16 abr. 2024.

COSTA, G. L. M.; BOLLMANN, M. da G. N. Formação e condições de trabalho do professor do ensino médio no Brasil. **Contrapontos**, v. 18, n. 2, p. 40-54, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.14210/contrapontos.v18n2.p39-53>. Acesso em: 16 abr. 2024.

COSTA, G. L. M. O ensino médio no Brasil: ausências silenciadas. **Práxis Educacional**, v. 15 n. 34, p. 32-52, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v15i34.5460>. Acesso em: 16 abr. 2024.

COSTA, G. L. M. O Ensino Médio na Região Sul do Brasil: urgência do tempo presente. **Revista de Educação PUC-Campinas (On-line)**, v. 25, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v25e2020a4585>. Acesso em: 16 abr. 2024.

CURY, C. R. J. A Educação Básica como Direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/306/972>. Acesso em: 23 ago. 2023.

DOURADO, L. F. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 131, p. 299–324, abr. 2015. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/12934>. Acesso em: 23 ago. 2023.

GIROTTO, E. D. Pode a política pública mentir? A Base Nacional Comum Curricular e a disputa da qualidade educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.40, p. 1-21, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019207906>. Acesso em: 23 ago. 2023.

HYPOLITO, A. M. Trabalho docente e o novo Plano Nacional de Educação: valorização, formação e condições de trabalho. **Cadernos CEDES**, v. 35, p. 517- 534, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622015150376>. Acesso em: 29 set. 2023.

KRAMM, D. de L. **Políticas de formação de professores da educação básica no Brasil**. 2019. 222 f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

KRAWCZYK, N.; FERRETTI, C. J. Flexibilizar para quê? Meias verdades da “reforma”. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 33-44, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v11i20.757>. Acesso em: 23 ago. 2023.

KUENZER, A. Z. A formação de professores para o Ensino Médio: velhos problemas, novos desafios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 667-688, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000300004>. Acesso em: 23 ago. 2023.

MASSON, G. A valorização dos professores e a educação básica nos estados. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 10, p. 157-174, 2016. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v10i18.656>. Acesso em: 03 out. 2023.

MESQUITA, S. S. de A. Professores de ensino médio: condições de trabalho e características formativas de uma categoria profissional silenciada. **Ensino Em Re-Vista**, p. 302-332, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/ER-v27n1a2020-13>. Acesso em: 16 abr. 2024.

NUNES, C. P.; OLIVEIRA, D. A. Trabalho, carreira, desenvolvimento docente e mudança na prática educativa. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 43, n. 1, p. 66-80, 2017. Disponível em: [10.1590/s1517-9702201604145487](https://doi.org/10.1590/s1517-9702201604145487). Acesso em: 29 maio. 2023.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1.127-1.144, set./dez. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000400003>. Acesso em: 23 ago. 2023.

OLIVEIRA, D. A. Regulação Educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. **Educação em Revista (UFMG)**, v. 44, p. 209-227, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982006000200011>. Acesso em: 04 out. 2023.

OLIVEIRA, D. A. Carreira e piso nacional salarial para os profissionais da educação básica. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 18, p. 121-140, jan/jun. 2016. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v10i18.654>. Acesso em: 03 out. 2023.

RODRIGUES, C. R., MAILER, V. C. de O. O desenvolvimento profissional dos professores do ensino médio: desafios e perspectivas. **Revista E-Curriculum**, v. 20, n. 2, p. 717-734, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2022v20i2p717-734>. Acesso em: 16 abr. 2024.

SAVIANI, D. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 380-412, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000200013>. Acesso em: 23 ago. 2023.

SAVIANI, D. Políticas Educacionais em Tempos de Golpe: retrocessos e formas de resistência. **ROTEIRO**, v. 45, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18593/r.v45i0.21512>. Acesso em: 23 ago. 2023.

SILVA, M. de M. S.; COSTA, G. L. M. Condições de oferta no ensino médio alagoano e goiano: desafios à permanência exitosa. **Revista Inter Ação**, v. 47, n. 3, p. 1064-1081, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ia.v47i3.72179>. Acesso em: 16 abr. 2024.

SILVA, M. R. da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, v. 34, p. 1-15, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698214130>. Acesso em: 30 set. 2023.

SILVA, C. E.; FURTADO, L. A. Educação escolar e direitos indígenas: uma revisão integrativa de teses e dissertações a partir do BDTD. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 26, n. 3, p. 904-920, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/rep.v26i3.9309>. Acesso em: 30 mar. 2024.

SILVEIRA, É. S.; SILVA, M. R.; OLIVEIRA, F. L. B. Reformas, docência e violência curricular: uma análise a partir do “Novo Ensino Médio”. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp. 3, p. 1562-1585, jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v16iesp.3.15298>. Acesso em: 28 set. 2023.

VICENTE, V. R. R. de; MOREIRA, J. A. da S. Políticas educacionais para o ensino médio brasileiro: da ditadura civil-militar à nova reforma de 2017. **Poiéses**, Tubarão, v. 15, n. 28, p. 254-276, jul/dez, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.59306/poiesis.v15e282021254-276>. Acesso em: 12 abr. 2024.